

Tocqueville e o Dispositivo dos Valores Democráticos¹

Jonivan Martins de Sá

Resumo: Buscamos no proposto trabalho, através de análise bibliográfica, um entrelaçamento possível entre o conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault e a concepção moderna de democracia. Para tal, analisaremos o pensamento de Alexis de Tocqueville, como um dos principais estudiosos clássicos da democracia, e de como este a legitima como melhor forma de disposição do poder em sociedade. Construiremos tais análises sob as perspectivas de um *dispositivo dos valores democráticos*, mecanismo que se utiliza de diversos discursos para difundir e legitimar a democracia.

Palavras-chave: Democracia; Dispositivo; Foucault; Tocqueville.

Sublevar-se contra o que está aí e tornar-se guardiões atentos de vivos e mortos

Heráclito

1.

Buscamos no proposto trabalho a discussão sobre um possível entrelaçamento do conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault em *A História da Sexualidade*, e os conceitos de república e democracia que tanto influenciaram e influenciam a história passada e contemporânea das concepções políticas. Para tal, propomo-nos a discussão do pensamento de Alexis de Tocqueville e de como tal autor teria influenciado na efetivação e modernização do discurso sobre a democracia, discurso este que serviria de base à sustentação do que chamamos de *dispositivo dos valores democráticos*. O foco central de nossas análises, como não poderia deixar de ser, se tratando de Tocqueville, recai sobre a obra *A Democracia na América*, que é vista não só como fonte de consulta sobre o pensamento de Tocqueville, mas, também, como uma espécie de marco no diz respeito à essa modernização do discurso democrático, já que, distanciando-se gradativamente de concepções metafísicas, temos uma descrição do sistema democrático cada vez mais ligado à sociedade como instituição laica, funcionando por si só.

2.

¹ O proposto trabalho constitui-se de fragmentos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do acadêmico do oitavo semestre de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) Jonivan Martins de Sá, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Etcheverry.

O legado intelectual de Michel Foucault, seus estudos acerca das relações de poder e de como estas se relacionam com a questão da construção da verdade, nos traz grandes contribuições quando tratamos de estudar as formas contemporâneas da estruturação dos discursos e de como esses produziram sentidos no cotidiano da sociedade. Além do discurso, Foucault construiu um outro conceito que se relaciona com o primeiro, formando uma espécie de sistema complexo da construção da verdade. Tendo em vista nossa proposição de trabalho, atentaremos no decorrer deste ao conceito de dispositivo.

Através da idéia da existência desses dispositivos de poder, Foucault tenta unir

em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre esses elementos. (FOUCAULT, 2010: 244)

Portanto, enuncia como dispositivo uma estrutura que perpassa inúmeras instâncias sociais – senão todas elas – e que parece fazer girar todo um mecanismo imenso de legitimação e disseminação de discursos. Dentro das concepções de nosso trabalho, o dispositivo é o que une os elementos materiais e imateriais de determinada cultura (cultura democrática) e faz com que esta, mesmo em constante mudança (recodificações), não deixe de existir; é o que mantém a roda das significações sociais girando, fazendo com que determinadas formas de concepção tenham sentido e outras não.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a várias configurações de saber que nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele. (FOUCAULT, 2010: 246)

Constatamos que o fenômeno do dispositivo ocorre em duas vias, a saber, a sustentação do saber pelo dispositivo e a sustentação do dispositivo pelo saber. Esses “saberes” são constituídos através de todos os elementos do dispositivo de uma forma conjunta no decorrer do tempo em que tal dispositivo atua. Tais saberes englobam uma estrutura gigantesca que os constituem: estrutura material (instituições, organizações arquitetônicas) e imaterial (normas morais, científicas, administrativas). O dispositivo é o que permeia a construção de um sentido sob determinadas concepções sociais.

A moral, como um dos elementos dos dispositivos de poder, auxiliaria na construção e sustentação de relações de poder/saber e também tem grande valor em nosso trabalho já que, através de relações de poder, a moral – e os demais elementos do dispositivo – se constrói como base à construção de novos tipos de saber, logo, constrói sentidos. Veremos que Tocqueville se serve muitas vezes de enunciados morais para legitimar um sistema político. Tal qual Nietzsche (2010) a concebe, vemos a moral ocidental como uma construção histórica ligada a concepções judaico-cristãs e que influenciou e influencia na construção e legitimação de sistemas políticos e sociais: ligamos, através de Tocqueville, das críticas de Nietzsche e do dispositivo de Foucault a moral judaico-cristã à democracia.

3.

A hipótese que permeia todo o nosso trabalho é a probabilidade da existência de um dispositivo que opera desde muito tempo – desde a Revolução Francesa, talvez – no bloco definido como Ocidente² (América do Norte e Europa), primeiro construindo a idéia da democracia como uma forma ideal de disposição do poder em sociedade e depois legitimando tal concepção por meio da construção de um arcabouço material que dê conta de tal legitimação. A essa construção da democracia como uma forma ideal de distribuição do poder e à sua legitimação em sociedade demos o nome de *dispositivo dos valores democráticos*, já que, acima de tudo, o que se constroem, segundo uma lógica dos dispositivos, são valores, formas de conceber o mundo.

Quais seriam as disposições gerais de tal dispositivo? Qual sua gênese e a que devemos seu funcionamento? Na tentativa de buscar pelo entendimento de como tal mecanismo se coloca em funcionamento, podemos evidenciar, primeiramente, o fato da gênese de um dispositivo depender da necessidade de um preenchimento estratégico (FOUCAULT, 2010: 245), ou seja, um dispositivo só surge com o objetivo de legitimar ou criar um saber de maneira estratégica, para suprir as necessidades de um determinado contexto. Os enunciados acerca da necessidade da implantação da democracia como forma de governo talvez tenham se construído justamente como produtos de contextos

² As discussões acerca da existência ou não de tal bloco – em contraponto com a existência ou não do Oriente – não são poucas. Adotamos o termo no proposto trabalho, no sentido de apontar um suposto bloco transnacional que uniria a América do Norte (EUA, mas precisamente) e os países mais desenvolvidos da Europa como França, Itália, Alemanha e com certa tradição histórica como Espanha, Portugal. Portanto, não nos propomos a aceitar o conceito de Ocidente como um conceito fechado á discussões: o adotamos por uma questão de praticidade e viabilidade de trabalho.

particulares. Talvez possamos dizer que a democracia moderna tem sua gênese nos discursos iluministas que defendiam a maior participação do povo no governo; discursos esses que influenciaram a Revolução Americana, assim como a Revolução Francesa, e legitimam levantes democráticos ao redor do globo até hoje. Tendo em vista a necessidade estratégica da existência de tais formas discursivas, em uma época da crise do sistema feudal e monárquico, construiu-se a democracia como ideal. O modelo de democracia que, de uma forma geral, perpassa não só o imaginário, mas também a construção de instituições concretas, contemporaneamente, parece ser o modelo Norte-Americano, profundamente estudado em sua gênese e concretização por Alexis de Tocqueville. Talvez a própria *Democracia na América*³ se construa como um dos elementos da construção do *dispositivo dos valores democráticos*, na medida em que busca salientar aspectos característicos do povo norte-americano como elemento de grande relevância na gênese e constituição dessa democracia.

Já embasado por discursos que legitimam tal forma de governo – que a ligam a determinados valores morais, enunciados filosóficos e científicos – o próximo elemento da construção do dispositivo são as instituições que devem dar conta da transmissão desses discursos e valores, tendo em vista maior solidificação dos discursos e do dispositivo em si. A construção de tais instituições (e “organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas”, etc.) se dá quando os discursos ganham força dentro da sociedade e buscam legitimar-se⁴. Como as instituições existentes já legitimam “proposições filosóficas e morais” de um objetivo estratégico passado, tem-se a necessidade da construção de novas. Assim pode ter-se dado a gênese do sistema democrático como forma de saber institucionalizado: a própria gênese do *dispositivo dos valores democráticos*.

4.

³ Mais conhecida obra de Tocqueville, escrita em 1835. Tenta recuperar a gênese da democracia norte-americana. Além de identificar suas características particulares que a distinguiriam das democracias européias, o autor tenta demonstrar a importância de aspectos culturais característicos do povo americano nessa distinção (*A Democracia na América*. Editora Itatiaia, 1962).

⁴ A ligação entre as instituições e os discursos que estas representariam já foi estudada largamente por Althusser. Inspirado em Gramsci, Althusser constrói o conceito de Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Tal conceito engloba “as escolas, os sindicatos, os partidos, os jornais, etc., ou seja, instituições que apenas aparentemente são privadas mas, na verdade cumprem o papel de difusão e reprodução da hegemonia das classes que dominam também o Estado em sentido estrito” (SECCO, 2006: 199). Uma diferença elementar entre Althusser e o dispositivo de Foucault é o papel das classes sociais: na medida em que estas se apresentam para Althusser como retentoras (ou não) do poder hegemônico, em Foucault, as classes não ocupam um lugar central no que diz respeito ao controle do dispositivo, já que, os dispositivos parecem ser “uma estratégia sem estrategista” (2010: 252-253).

Resta-nos contextualizarmos o autor em questão, antes do início das análises propriamente ditas. Tocqueville viveu uma época no mínimo agitada na França. Nasceu em 1805, em Paris, logo após o término do Terror Pós-Revolução Francesa. Era ligado por traços de sangue ao velho sistema francês, o que agita ainda mais sua vida, tendo que deixar a França por várias vezes. Com o pretexto de estudar o sistema penal Norte-Americano, deixa a França em 1831, permanecendo nos EUA por nove meses. Após ter contato com representantes de diversas camadas da sociedade e com leituras e pesquisas de uma forma geral, juntamente com seu companheiro de viagem Gustave de Beaumont, retorna ao seu país em 1832. Após publicar seu trabalho acerca do sistema penal dos EUA, em 1835 publica a primeira parte do que seria um marco na construção do discurso sobre a democracia: *A Democracia na América*, obra que trás descrição detalhada do sistema político norte-americano e parece ligar o bom funcionamento do sistema aos valores disseminados na sociedade dos EUA do século XIX. Tornou-se célebre ainda em vida com o resultado de sua obra. Morreu em 1859, em Cannes e é reconhecido até hoje como um dos pais da Ciência Política.

5.

Iniciando nossas análises propriamente ditas, faz-se de extrema necessidade já de início, um olhar cirúrgico sob dois valores centrais, que parecem sustentar as bases do sistema norte-americano, segundo Tocqueville: a liberdade e a igualdade.

A igualdade, que torna os homens independentes uns dos outros, faz com que contraíam o hábito e o gosto de só seguir nas suas ações e vontades particulares. Essa independência total, que gozam diante de seus semelhantes e no uso da vida privada, os predispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e logo lhe sugere o amor pela liberdade política. Os homens que vivem nessas épocas [épocas democráticas] marcham, pois, por um plano inclinado natural, que os encaminha para as instituições livres. (TOCQUEVILLE 1962: 511)

Analisando o trecho acima, podemos compreender a liberdade em Tocqueville como um equivalente ao contemporâneo “liberdade política”, ou seja, uma espécie da liberdade de ação dentro de um campo politicamente ordenado, ou ainda, a liberdade dentro da obediência às normas políticas: liberdade assistida pela norma. Ao passo que igualdade parece ser a condição que coloca os indivíduos em estado de liberdade, ou seja, o que constitui e sustenta o cenário de liberdade; a massa que faz com que cada um se sinta livre de igual forma em relação á seu semelhante.

É interessante constatarmos que a mesma igualdade que faz com que cada um se sinta dependente em relação aos outros, faz com que cada indivíduo torne-se dependente do sistema de organização de poder como um todo; dependente do que Tocqueville chama de instituições livres, as instituições democráticas. Na medida em que os indivíduos seguem apenas suas “ações e vontades particulares”, por que todos (ou a maioria) tomam gosto pelas instituições democráticas? Não seria este gosto pelas instituições construído pelas próprias? Tais instituições não estariam criando valores, disseminando-os em sociedade e tornando cada um – iludindo-os com a idéia de independência – dependente destas? Na medida em que fazemos tais questionamentos, do modo com que a pesquisa hoje se encontra adiantada sob os temas do controle que as instituições exercem (ou não) sobre os indivíduos, corremos o risco de parecermos pueris. Mas, lendo Tocqueville na fonte, o que percebemos é uma certa inocência deste em relação á própria construção de valores por parte das instituições democráticas norte-americanas. Não só inocência, mas também o que parece ser a total perversão da concepção da construção de valores, já que, quando enuncia que “os homens que vivem [nas épocas democráticas] marcham, pois, por um plano inclinado natural, que os encaminha para as instituições livres”, considera natural esse “plano” que “encaminha” os homens às instituições democráticas.

Com, nos períodos de igualdade, ninguém é obrigado a emprestar suas forças á seus semelhantes, e ninguém tem o direito de esperar do semelhante grande apoio, cada um é, ao mesmo tempo, independente e frágil. Esses dois estados [...] dão aos cidadãos das democracias instintos muito contrários. Sua independência o enche e orgulho no ceio dos seus iguais, e sua debilidade o faz sentir, de vez em quando, a necessidade de um auxílio estranho, que não pode esperar de nenhum deles, pois são todos impotentes e frios. Nesse extremo volta seus olhares para este ser imenso [o Estado Democrático], o único que se eleva no meio do abatimento universal. É para ele que suas necessidades e, sobretudo, seus desejos constantemente o impelem, e é ele que cada cidadão acaba por considerar como sustentáculo único e necessário da fraqueza individual. (Tocqueville 1962: 515)

No trecho acima, parece ficar ainda mais claro o fato de a idéia de igualdade ligar o indivíduo á toda uma lógica do sistema de tal forma que este indivíduo sinta-se dependente da proteção maior do Estado. Tal concepção do Estado, que parece ter sua gênese no Contratualismo de Locke e Rousseau, já é estruturada para a dependência, na medida em que vê o Estado mais como protetor do que como organizador social. Esse ranço parece se arrastar até os dias atuais, quando vemos massas inteiras em busca do Estado como protetor, da mesma forma que parecem condicionadas á não velo como um simples organizador.

Segundo Célia Galvão Quirino (2006: 158), autora do artigo *Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade* (publicado em *Os Clássicos Da Política*, de organização de Francisco Weffort), podemos considerar como ponto central do ideal de liberdade almejado por Tocqueville o fato da existência da necessidade de cada um dos indivíduos inseridos em um contexto democrático manterem-se alerta no que diz respeito à conservação da liberdade tão necessária. Não estaria este estado de alerta servindo como mais uma forma de dependência do indivíduo em relação ao dispositivo, na medida em que, para manter-se alerta, cada um destes deveria ao mesmo tempo manter-se inseridos em um sistema político já estruturado, ou seja, participando deste sistema? Em que medida essa necessidade de estar em alerta, ou, até mesmo, essa necessidade de liberdade política não serve ao próprio dispositivo, mantendo cada indivíduo sob a sua tutela, fazendo-os dependentes, tendo em vista uma suposta perda eminente da liberdade, caso isso não se dê?

É pelo fato dessa dependência que vemos nos valores de liberdade e igualdade, já debatidos por toda a tradição contratualista, como dito, uma espécie de alicerce para o que chamamos de *dispositivos dos valores democráticos*. Tais valores parecem atualizar-se, recodificar-se conforme novas necessidades estratégicas, tendo em vista o que parece ser a manutenção de um dispositivo de organização e distribuição do poder. Talvez por isso tais conceitos venham sendo há muito tempo estudados. Podemos dizer que não se separam nunca das discussões acerca da democracia, de uma forma geral.

6.

Na descrição do dispositivo de poder nos moldes foucaultianos, percebemos a importância de toda uma estruturação que faz com que determinados valores sejam disseminados em sociedade através da construção de saberes específicos sobre determinados temas (no caso de nossas análises a necessidade da democracia como sistema ideal). Tal estruturação, ou institucionalização de saberes, perpassa todo o âmbito social, e é responsável pela sustentação propriamente dita do dispositivo; é o aparato físico e imaterial que sustenta a distribuição de poder. O que segue é uma breve análise sobre como tal estruturação é contemplada no pensamento de Tocqueville, em sua descrição sobre o sistema político norte-americano, tendo em vista o que nos parecem ser as principais formas de institucionalização de poder-saber.

6.1 Igreja, Moral e Estado:

A ligação ideal entre Estado e igreja almejada por Tocqueville (1962: 229) – e que diz ser a ligação existente nos EUA de sua época – não se assemelha ao tão conhecido modelo da Idade Média, ou seja, monarquia altamente dependente do poder da Igreja. Em Tocqueville (Ibidem) encontramos já uma ligação subjetiva entre o Estado e a religião, sob a forma da moral (costumes de uma forma geral). O papel da religião é o de refrear instintos em sociedade, mas sem aniquilar os ideais de liberdade e igualdade tão caros à república democrática.

A religião é muito mais necessária na república que preconizam do que na monarquia que atacam, e mais nas repúblicas democráticas que em todas as demais. Como poderia a sociedade deixar de perecer, se, enquanto o laço político se afrouxa, o moral não aperta? E que fazer de um povo que é senhor de si, se não é sujeito a Deus? (TOCQUEVILLE 1962: 227)

Como vemos no trecho acima citado, tal forma de ligação subjetiva se dá na medida em que os indivíduos dotados de certa liberdade no trato com seus semelhantes – já garantido essa semelhança entre eles -, temem o poder divino. Tal ligação parece abrir uma brecha para a associação da visão de Tocqueville da democracia com elementos metafísicos, já que, o que se teme em última instância é Deus, mas tal brecha só existe em uma análise, no mínimo simplista.

Como dito anteriormente e como sugere o trecho citado, a ligação entre igreja e Estado, em Tocqueville, se dá, de maneira efetiva, pelo controle exercido pela moral. A moral deve ser um dos pontos centrais em nossas análises sobre Tocqueville, já que, parece ser forma de ligação entre vários pontos dessa cadeia complexa que forma o dispositivo.

A moral, ao mesmo tempo em que reproduz certa idéia de temor (o castigo, punição, neste ou em outro mundo), dá a impressão da manutenção ou afirmação da liberdade política, já que, parece agir em outra instância que não política. De que espécie de valores morais fala Tocqueville? Podemos concluir que estamos tratando da tão conhecida moral judaico-cristã que, no caso dos EUA do século XIX, era disseminada, sobretudo, pelo dogma protestante. Uma análise simplória sobre os principais valores disseminados por tal moral (que tanto conhecemos e que nos guia, a maioria, até hoje) nos mostra a centralidade que os ideais de liberdade e igualdade permeiam tal norte valorativo. Justamente nesse ponto se encontram igreja e Estado no sistema político norte-americano, na medida em que ambos parecem disseminar os

mesmos tipos de valores, sustentando-se mutuamente e sustentando um mecanismo muito maior.

O despotismo que, em sua natureza, suspeito, vê no isolamento dos homens a medida mais certa para sua permanência e via de regra dedica todos os seus cuidados a isolá-los. Não há vício no coração humano que tanto concorde com ele quanto o egoísmo: um déspota perdoa facilmente aos governados o fato de não o amarem, desde que não se amem entre si. Não lhes pedem que o ajude a conduzir o Estado; basta que nunca pretendam dirigi-lo sozinhos. Chama espíritos turbulentos e inquietos aqueles que pretendem unir os seus esforços para criar a prosperidade comum, e mudando o sentido natural das palavras, chama bons cidadãos aqueles que se encerram fortemente em si mesmos. (TOCQUEVILLE 1962: 388)

Talvez algumas considerações sobre a questão da sociabilidade nos auxiliem na melhor compreensão da importância da moral judaico-cristã no processo que tentamos demonstrar.

Com o que parece ser uma herança direta do cristianismo, o autor liga a idéia sociabilidade ao bom funcionamento da democracia, e a idéia de isolamento ao egoísmo e ao despotismo. A moral cristã parece se manifestar nesse mesmo sentido quando, no trecho citado, nos traz a idéia do altruísmo, já que, o indivíduo isolado em questão parece não seguir a prerrogativa da igualdade, na medida em que se isola dos demais. O trecho ainda nos retoma um personagem contemporâneo á época do início do Cristianismo: Aristóteles e seu *zoon politikon*. Quanto Tocqueville diz ser o sentido natural da palavra cidadão o não isolar-se em si mesmo, retoma Aristóteles e sua prerrogativa do homem ser por natureza político, logo, um animal social. A idéia da necessidade de sociabilidade acaba naturalmente vindo ao encontro do conceito do altruísmo cristão e do ideal democrático da igualdade, pois esta igualdade parece ser uma prerrogativa para a sociabilidade harmônica em um ambiente politicamente estruturado como uma democracia.

A moral traz em si não só o enunciado do dogma, mas também parece estar carregada de um conteúdo extremamente político que auxilia, por sua vez, na perpetuação de determinada forma de distribuição do poder. O bom cidadão é aquele que não se isola, o cidadão mal é aquele que se isola e não participa dos processos políticos que pressupõe a sociabilidade, logo, o cidadão mau não perpetua o dispositivo, já que, para que isso ocorra, faz-se de extrema necessidade a participação, a sociabilidade. O bom cidadão não se isola primeiramente influenciado pela moral, depois por uma prerrogativa do próprio sistema político: a necessidade de estar sempre

alerta para que não perca a liberdade política. Assim temos a moral como um dos principais fatores que nutrem o bom funcionamento do *dispositivo dos valores democráticos*.

6.2 Família:

É de senso comum a importância que a família tem como instância organizacional na sociedade. É considerada a instituição base de toda uma cadeia de estruturação que parece terminar no Estado. Como não poderia deixar de ser, a família, vista como uma instituição, não pode deixar de ocupar um papel na organização e distribuição do poder. Pretendemos aqui não só reproduzir um velho discurso que liga poder às relações familiares: aquele discurso que considera apenas a relação entre pai e filho, mas também considerar o complexo papel que a família, ao relacionar-se com o contexto maior das organizações sociais, ocupa no pensamento de Tocqueville.

Nas democracias, onde o braço do governo vai procurar cada homem em particular no meio da multidão, para curvá-lo isoladamente às leis comuns, não é necessário que exista semelhante intermediário [família]: o pai, aos olhos da lei, é apenas um cidadão mais velho e mais rico que seu filho. (TOCQUEVILLE 1962: 447)

Através do já conhecido discurso sobre essa relação familiar central e disciplinar, que é a relação entre pai e filho, Tocqueville evidencia a complexidade da relação entre o Estado e a família. Ao contrário do que comumente se pensa, aqui não vemos uma relação direta da família influenciando seus membros mais jovens a obedecer à disciplina estatal. O trecho acima sugere uma relação direta entre estado e sujeito, relação de poder em que o primeiro sujeita o segundo às suas normas. Dar-se-ia esta ligação – embate – de maneira direta, sem o auxílio de mais elementos inseridos em sociedade, que auxiliariam nessa ligação entre o Estado e o indivíduo? E se esta ligação se dá apenas entre o próprio indivíduo e o Estado, que lógica teria vermos um *dispositivo dos valores democráticos* operando em sociedade?

“Não se pode dizer, pois, que nos Estados Unidos a religião exerce uma influência sobre as leis nem sobre uma parcela das opiniões políticas, mas dirige os costumes e é regendo a família que trabalha no sentido de reger o Estado” (TOCQUEVILLE 1962: 224). Na medida em que Tocqueville enuncia a existência de uma relação direta entre indivíduo e Estado, enuncia também que tal relação se dá com o auxílio de outros elementos (instituições sociais) que reproduzem certos valores.

Apesar da aparente perda de valor que a instituição família parece ter sofrido em todo o processo da disposição do poder democrático em sociedade, Tocqueville não deixa de considerar que o Estado ainda depende de instâncias menores para relacionar-se com os indivíduos, ou seja, seguindo a lógica de um dispositivo de poder. É justamente na relação com os demais elementos que formam a cadeia do dispositivo – no caso da citação acima, a igreja –, que a família obtém valor no processo da organização e distribuição do poder em sociedade, ou seja, no processo de disseminação e construção de determinados tipos de saberes, valores – no caso da nossa pesquisa, os valores democráticos.

6.3 Educação:

Como não poderia deixar de ser, a educação parece ocupar um papel fundamental, não só na disseminação de valores particulares como na sustentação de um sistema, seja ele qual for. Educar, condicionar os indivíduos a pensarem de determinada maneira, parece ser à base da sustentação de qualquer forma de disposição do poder. A educação – ou disciplinarização, como sugere Foucault no decorrer de sua obra – perpassa todos os âmbitos sociais, logo, perpassa várias instituições. Consideramos brevemente a essa altura do trabalho a educação no sentido de educação escolar e de sua importância para o pensamento de Tocqueville.

Não se poderia ter dúvidas de que a instrução do povo, nos Estados Unidos, serve poderosamente à manutenção da república democrática [...] [mas] os verdadeiros conhecimentos nascem principalmente da experiência, e se os americanos não tivessem sido habituados pouco a pouco a governar-se por si mesmos, os conhecimentos literários que possuem de modo algum lhes seriam grande auxílio para ter êxito neste particular. (TOCQUEVILLE 1962: 234)

A educação formal trabalha, segundo Tocqueville, em conjunto com práticas já dissociadas socialmente, na disseminação dos valores da participação ativa na política da república e sustentando todo esse modelo participativo. Nesse ponto, temos um tipo de saber que se constrói e que sustenta um sistema particular, para, logo após, ser sustentados por este sistema que ajudou a criar. Quando o autor fala da importância da experiência para a obtenção – construção – de conhecimentos sobre a república, não podemos nos esquecer que tal experiência ocorre dentro de uma organização já disposta como uma república, ou seja, a experiência democrática do americano do século XVIII, descrita por Tocqueville, ocorre dentro de um ambiente democrático. Temos, portanto,

um tipo de saber sustentando uma forma de disposição do poder e sendo sustado por esta.

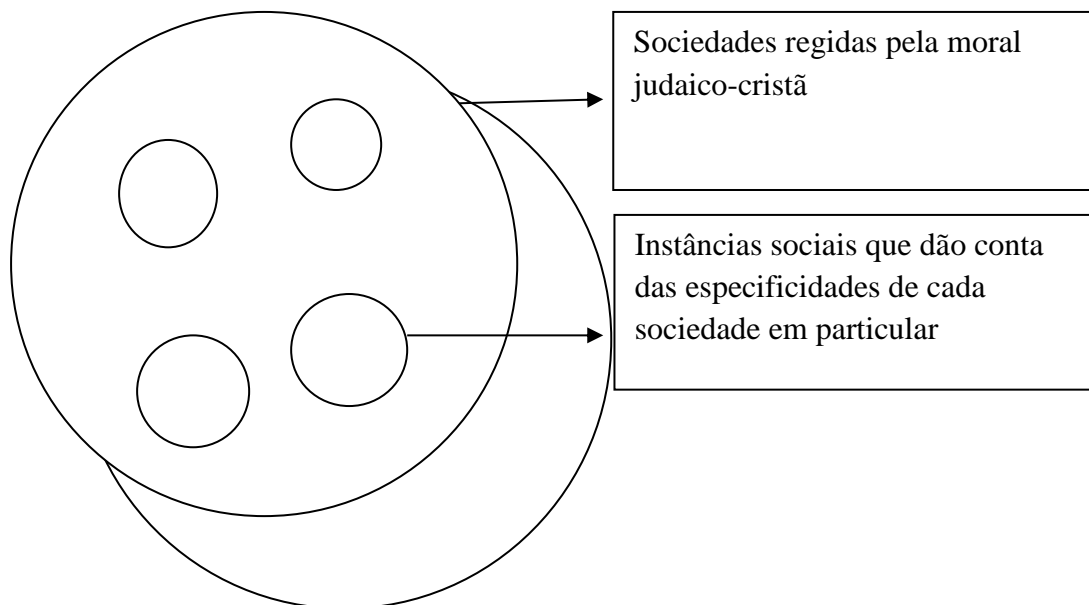
7.

É de senso comum a necessidade que toda a forma de instituição tem em efetuar certas modificações no decorrer do tempo, tendo em vista maior durabilidade e manutenção de um tipo de disposição do poder. Podemos ligar estas recodificações às novas necessidades estratégicas advindas com uma reestruturação sociais. Podemos também afirmar o fato de que ao mesmo tempo em que vêm novas formas de reestruturação social, tais recodificações causam tais estruturas, como um caminho de duas vias. Tudo o que parece ter certa relação com o dispositivo – seus elementos funcionais – parece ter dois lados. Como não poderia deixar de ser, a moral – sendo vista nesta análise como um dos principais elementos que mantém o *dispositivo dos valores democráticos* em funcionamento – parece vir se modificando no decorrer do tempo, tendo em vista a saciedade de novas necessidades estratégicas no tocante à legitimação de certas distribuições do poder. Na descrição que Tocqueville faz do sistema político e social dos EUA, podemos perceber algumas nuances dessa modificação.

Parece que os homens se servem de dois métodos perfeitamente distintos no julgamento público que fazem das ações de seus semelhantes: ora os julgam conforme as simples noções do justo e do injusto, que se propagam por toda a Terra; ora a apreciam com o auxílio de noções muito particulares que pertencem exclusivamente a um país e a uma época. Muitas vezes, ocorrem serem diferentes essas duas regras; às vezes, elas se combatem, mas nunca se confundem inteiramente nem se destroem. (TOCQUEVILLE 1962: 471)

Percebemos no trecho acima que o autor vê o que podemos chamar de dois núcleos morais em funcionamento na sociedade americana à época de suas análises: uma espécie de moral universalista, “noções de justo e do injusto, que se propagam por toda a Terra” e, ao mesmo tempo, uma moral local, que coexiste com a forma de valoração generalista e que, muitas vezes, entra em atrito com esta. Em que medida essa dualidade serve ao funcionamento do dispositivo por nós estudado? Talvez a pergunta mais pontual a se fazer à essa altura do trabalho seja: qual a importância efetiva de cada um desses núcleos morais dentro da lógica do dispositivo? E ainda: por qual motivo podemos considerar Tocqueville um reestruturador da noção do funcionamento na sociedade? Ou ainda: a que se refere o autor quando enuncia que determinados tipos de valores são propagados por toda a Terra?

Primeiramente, na tentativa de melhor ilustração de nossas análises: concebamos as sociedades que se mostram ligadas às tradições morais judaico-cristãs como um círculo, em cujo interior residem vários círculos menores, coexistindo em certo grau de harmonia – não perfeito, obviamente, mas o suficiente para ainda existirem e coexistirem dentro deste grande círculo. A esfera maior é guiada pelo que Tocqueville chama de noção universal de justo e injusto. Cada esfera menor é de extrema importância para a existência desta esfera maior, já que, a sustentam, mas, por sua vez, são guiados por valores particulares; valores estes que se diferem, de certa forma, dos valores que guiam a grande esfera. A um fato crucial devemos atentar: mesmo sendo guiadas por valores aparentemente diferentes dos da grande esfera, as esferas menores se encontram dentro desta, logo, impossível seria os valores que guiam estas esferas menores não serem influenciados pelos valores que guiam a grande esfera. Mesmo os valores das esferas menores pertencendo à determinados lugares e à determinadas épocas, como sugere Tocqueville, estes nunca se desligam dos valores da grande esfera.



Estas esferas menores não passam de estruturas que embasam a existência da grande esfera no decorrer do tempo. Para que haja um grande número de sociedades seguindo os mesmos valores, é necessário que haja pequenas instâncias sociais que dêem conta das especificidades de cada uma destas sociedades, para que todas possam formar a grande esfera. Quando Tocqueville nos fala de “toda a Terra”, ele nos fala de todas as nações guiadas por valores judaico-cristãos, já que, de outra forma não podemos conceber valores universais, permeando todo o planeta. O autor atualiza a nossa visão da moral na medida em que a separa em dois núcleos.

8.

Parece-nos interessante a constatação de que a honra – um valor que logo nos remete a uma concepção antiga, medieval, de relação – possa ter um papel importante nas instituições que organizam uma sociedade democrática. Em Tocqueville, percebemos a centralidade da honra como uma espécie de porta-voz da moral, ou ainda, um de seus principais elementos. O que é a honra, senão o sentimento de pertencimento efetivo á determinada organização, ou seja, ter a consciência de merecer participar efetivamente de uma organização, já que, dentro dos moldes de tal organização, há merecimento para tal participação? Consciência de si e consciências dos demais em relação ao seu potencial em determinada tarefa. A honra é a efetivação do pertencimento em determinada ordem social. A honra não se separa da coletividade, logo, nos mostra muito sobre tal coletividade. Por esse motivo, a honra nos parece uma espécie da porta-voz da moral: se analisarmos os motivos pelos quais determinados indivíduos, inseridos em determinadas organizações sociais, sentem honra, podemos, talvez, descobrir muito sobre tal organização. Vejamos o caso das descrições de Tocqueville:

As camadas se misturam, os privilégios são abolidos. Os homens que compõem a nação tornaram-se semelhantes e iguais e, em consequência, os seus interesses e as suas necessidades se confundem e vemos desvanecer-se sucessivamente todas as noções singulares que cada casta chamava honra; a honra não mais decorre senão das necessidades particulares da própria nação; representa ela a sua individualidade entre os povos. (TOCQUEVILLE 1962: 479)

Ou ainda:

A honra americana está de acordo com antiga honra da Europa num particular: põe a coragem á frente das virtudes e dela faz a maior das necessidades morais para o homem; todavia, não considera a coragem sob o mesmo aspecto. Nos Estados Unidos o valor do guerreiro é pouco estimado; a coragem que mais se conhece e estima [...] é a coragem que torna quase insensível á derrocada súbita de uma fortuna penosamente adquirida e sugere logo novos esforços para construir uma nova. (TOCQUEVILLE 1962: 476)

Constatamos que a honra, em Tocqueville, é a honra de servir a um sistema já ordenado e disposto. Esta honra que decorre “das particularidades da própria nação” é a honra de servir a um sistema, a um dispositivo, talvez. Assim como a moral se modifica, as razões pelas quais os indivíduos sentem orgulho se modifica também. A antiga honra européia, como aponta o autor, dizia respeito a um sistema em que se valorizava a bravura em campo de batalha. A honra americana diz respeito a um sistema em que se

valorizam as aptidões comerciais e a obediência às necessidades da nação. Essa modificação do “sentir-se orgulhoso de”, da honra, parece ser reflexo da mudança das formas de valoração das sociedades, ou seja, das formas com que cada sociedade enxerga o mundo e se enxerga. Tais valores, construídos socialmente, refletem, por sua vez, o processo que às produziu. Tendo como exemplo a honra, podemos reconhecer não só as mudanças sociais ocorridas em determinada época, mas também os processos que parecem ter produzido tais mudanças. A valorização dos assuntos de Estado – das necessidades da nação – parece o principal produto desta nova forma de ver a honra, ou seja, temos, em Tocqueville, a honra como uma espécie de instrumento de perpetuação de determinada forma de dispor o poder em sociedade, pela valorização da participação dos indivíduos nos processos de cunho político.

9.

Tendo-nos em vista um modelo de disposição do poder que se organiza como um dispositivo, parece-nos de extrema importância uma espécie de autopromoção efetuada por esta disposição do poder; autopromoção que tem em vista sua legitimação como uma espécie de modelo ideal, ao qual determinada sociedade não poderia sobreviver sem. Talvez pareça pueril uma espécie de constatação de que todo o modelo de disposição do poder se vê como modelo ideal, mas esse elemento, o da autopromoção, é uma das bases fundamentais deste modelo para manter-se em pleno funcionamento, na medida em que, faz com que cada indivíduo não só vivencie uma certa dependência, mas acredite que esta dependência é o ideal a se querer.

Um povo que existiu por séculos sob o regime das castas e das classes só pode chegar a um estado social democrático através de uma longa série de transformações mais ou menos difíceis, com o auxílio de violentos esforços e depois de numerosas vicissitudes durante as quais os bens, as opiniões e o poder rapidamente mudam de lugar. (TOCQUEVILLE 1962: 485-486)

O trecho que se seguiu nos remete invariavelmente à idéia da necessidade de uma busca pela democracia como uma espécie de modelo ideal de disposição do poder. A idéia da necessidade da efetivação da democracia como um modelo ideal de dispor o poder, nos parece um dos pontos centrais do funcionamento do *dispositivo dos valores democráticos*. Tendo como norte uma espécie de princípio da evolução, tal dispositivo se constrói tendo a democracia como um fim, o ponto mais alto de uma escala da evolução da distribuição do poder. Tocqueville compara as diferentes formas de distribuição do poder em sociedade de acordo com esta escala imaginária, em que o

“bem” é democrático e o “mal” se assemelha ao aristocrático, ou regime de segregação, castas. Talvez seja redundante afirmar que esta forma de conceber as organizações e disposições de poder tem uma influência monstruosa nas sociedades que parecem ter adotado as formas de dispositivos que favorecem a idéia da democracia; concepções que parecem estar causando choques entre culturas ao redor do globo.

10.

Poderíamos pensar em uma dinâmica global de dispositivos que se relacionam e se cruzam entre si, formando uma teia complexa da produção de sentido (saber), dentro deste âmbito global? Poderíamos pensar e uma possível relação entre o *dispositivo dos valores democráticos* e nossas construções deturpadas sobre outras formas de disposição do poder em sociedades não-ocidentais? Poderíamos generalizar o preceito visto em Tocqueville de que a democracia seria um fim para a humanidade e responsabilizarmos tal elemento do nosso sistema de pensamento pela construção de uma visão deturpada do outro? E se toda a nossa construção do que seria um modelo ideal de distribuição do poder em sociedade, estivesse causando – e legitimando – um número significativo de conflitos territoriais que possam ter em vista a exploração de recursos naturais, ou ainda o aniquilamento de determinadas culturas locais que vêm o mundo de forma divergente do chamado Ocidente? E se a nossa democracia fosse uma espécie de dogma historicamente construído, através de disputas de poder, relações de poder/saber? E se esse dogma matasse, roubasse, destruísse, no melhor estilo ditatorial, e fosse contra as concepções pregadas por ele próprio? Onde estaria a sua legitimidade?

Referencial:

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

Galeria dos Autores: Alexis de Tocqueville. **InstitutoLiberal.org**. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/galeria_autor.asp?cdc=841>. Acesso em: 01 de Março de 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Editora Swarchz Ltda., 2010.

SCHÜLER, Donaldo. **Heráclito e Seu (Dis)Curso**. Porto Alegre: L&PM Editora, 2007.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. Editora Alameda: São Paulo, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962.